

Frente Parlamentar tem túnel como foco

■ O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) lançou, na manhã de ontem, a Frente Parlamentar Mista da Ligação Seca Santos-Guarujá (FPLS), no Casa Grande Hotel, em Guarujá. O deputado presidirá o grupo que pretende colaborar com a realização do túnel submerso Santos-Guarujá.

Participaram do encontro os prefeitos de Santos, Rogério Santos (PSDB), e de Guarujá, Válter Suman (PSDB), o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomi ni, o secretário-executivo de Parcerias em Investimentos (SPI) do Estado de São Paulo, André Insper, entre outras autoridades.

“Essa frente parlamentar tem por objetivo unir o Governo Federal, o Governo Estadual e as prefeituras de Santos e Guarujá, garantindo os recursos necessários ao túnel. Já foram fei-

tos o projeto básico e o projeto executivo e as licenças ambientais e, com esse esforço conjunto, nós vamos conseguir retirar essa importante obra do papel”, afirmou Barbosa.

Ele destacou que o intuito é acelerar as tratativas do projeto do túnel que ligará as duas margens do Porto de Santos, o maior da América Latina, eliminando a paralisação das atividades portuárias em razão da passagem de balsas e embarcações para a travessia dos municípios e facilitando o traslado turístico.

Na semana passada, o túnel Santos-Guarujá foi anunciado dentro do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na modalidade de parceria público-privada (PPP). Em paralelo, a ligação seca também está incluída no Programa de Parcerias de Investimentos de São Paulo (PPI-SP), do Governo do Estado, tam-

PRIORIDADE

SÉLVIO LUIZ



“Já foram feitos o projeto básico e o projeto executivo e as licenças ambientais e, com esse esforço conjunto, nós vamos conseguir retirar essa importante obra do papel”

Paulo Alexandre Barbosa (PSDB)
Deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Mista da Ligação Seca Santos-Guarujá

bém no modelo de PPP. A obra está cotada em cerca de R\$ 5 bilhões e deverá ser licitada no próximo ano, com previsão de entrega para 2028.

“Temos um projeto executivo, o melhor possível, aprovado por duas consultorias internacionais e, portanto, a gente confia que a parte técnica está resolvida. A questão ambiental também está resolvida, pois já temos a licença prévia. É simples para o empreendedor chegar, tirar a licença de instalação e começar a obra. O terceiro ponto é a viabilidade econômica, há disponibilidade de caixa da União, por meio da Autoridade Portuária, a vontade do Governo do Estado de aportar dinheiro nessa obra e, via PAC, a possibilidade de uso do orçamento geral da União para fazer a obra”, disse Insper. (BF)